



**Ponte
de Lima**

CONVITE

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Aquisição de serviços de plataforma para os procedimentos concursais dos recursos humanos

1. Identificação do procedimento

Consulta Prévia n.º 16/2025

2. Objeto do Procedimento

Aquisição de serviços de plataforma para os procedimentos concursais dos recursos humanos.

3. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante, Município de Ponte de Lima, sito no Largo do Município, Praça da República – 4990-062 Ponte de Lima, pessoa coletiva n.º 506 811 913, endereço eletrónico contratacaopublicacao@cm-pontedelima.pt e plataforma eletrónica de contratação pública com o endereço www.acingov.pt

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Presidente da Câmara, no uso das suas competências, nos termos do artigo 18º, n.º 1, al. a) do DL n.º 197/99, de 8 de junho.

5. Órgão competente para prestar os esclarecimentos

O órgão competente para prestar os esclarecimentos é o Júri do Procedimento.

6. Fundamentação da escolha do procedimento

A escolha da consulta prévia seguiu o critério do valor definido no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), republicado no anexo III do DL n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual.

7. Preço base

O valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar é de 14.970,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

8. Documentos que constituem a proposta

A proposta será instruída com os seguintes documentos, nos termos do artigo 57º do CCP:

- a) A proposta deve ser acompanhada da declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, conforme modelo constante do **Anexo I** ao presente convite;
- b) Preço total e preços unitários, que não devem incluir o IVA;
- c) Deve mencionar expressamente que ao preço acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável, entendendo-se na falta daquela menção, que o preço apresentado não inclui aquele preço;
- d) Os documentos referidos na alínea c) do n.º 1 do artigo 57º do CCP, se for o caso.



- e) Decorrente da entrada em vigor Lei n.º 30/2021 de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, para continuarmos com os procedimentos de contratação, solicitamos o envio de declaração de compromisso de honra, conforme anexo.
- f) Certidão permanente do registo comercial ou código de acesso.

9. Idioma dos documentos da proposta

Todos os documentos que constituem a proposta serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 58º do CCP.

10. Prazo para apresentação da proposta

A proposta e os documentos que a instruem deverão ser entregues até às 23:59 horas do dia 2 de março de 2025.

11. Meio electrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas

Através de plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante: www.acingov.pt., aplicando-se o previsto na Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.

12. Proposta(s) variante(s)

Não são admitidas propostas variantes, nos termos do disposto do n.º 2, do artigo 59º do CCP.

13. Prazo de validade da proposta

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

14. Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74º do CCP.
2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será realizado um sorteio, cujas regras, data, hora e local serão definidas pelo júri e comunicadas a todos os concorrentes com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

15. Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação, conforme disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 115º do CCP.

16. Caução

Não é exigível caução nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do CCP.

17. Documentos de habilitação

O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente convite.
2. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55º do CCP.
3. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55º do CCP.
4. Certificado de registo criminal, do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do artigo 55º e do artigo 83º-A do CCP.
5. Certidão Permanente do Registo Comercial.

18. Prazo para a apresentação, pelo adjudicatário, dos documentos de habilitação, bem como o prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detectadas nos documentos apresentados que possam levar a caducidade da adjudicação

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias após a notificação da adjudicação.
2. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º, devem ocorrer no prazo de 2 dias.
3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente ao facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do nº 2 do artigo 86º do CCP.

19. Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP, republicado no anexo III do DL n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e restante legislação aplicável.

Ponte de Lima, 19 de fevereiro de 2025

O Presidente da Câmara Municipal



Vasco Ferraz, Eng.º

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a) ...
- b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do referido código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de(designação ou referencia ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2 -O Declarante junta em anexo [(ou indica.....como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada(4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º.